



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO CONSELHO SUPERIOR

Rua do Rouxinol, 115 – Bairro do Imbuí – CEP: 41720-052 – Salvador-BA

e-mail: secretariacolegiados@ifbaiano.edu.br

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO IF BAIANO

1 Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às nove horas e vinte e sete minutos, na
2 Sala de Reunião da Reitoria do IF Baiano, situado à Rua do Rouxinol, 156, nesta cidade de Salvador, capital
3 do Estado da Bahia, realizou-se a Reunião do Conselho Superior, sob a presidência do **Professor Geovane**
4 **Barbosa do Nascimento, Reitor deste Instituto** e na presença dos seguintes Conselheiros: **Aureluci Alves**
5 **de Aquino, Sayonara Cotrim Sabioni, Eberson Luís Mota Teixeira, Eduardo dos Passos Belmonte,**
6 Representantes dos Docentes; **Carlito José de Barros Filho; Dustin Justiniano de Santana Fonseca,**
7 **Clóvis Costa dos Santos, Eric Oliveira Dunham,** Representantes dos Técnicos Administrativos; **Jeferson**
8 **Conceição Santos,** Representante dos Discentes – Ensino Médio; **Giliarde Alves dos Reis, Phablo**
9 **Alexandre Lucas Angelim,** Representante dos Discentes – Ensino Superior; **Cristiane Leal da Silva,**
10 Representante dos Egressos; **Marcelito Trindade Almeida, Aécio José Araújo Passos Duarte, Ariomar**
11 **Rodrigues dos Santos, Lizziane da Silva Argolo,** Representante dos Diretores Gerais; e **Cátia Cilene**
12 **Farago,** Representante da Seção Sindical. Observa-se o que segue: a Conselheira **Soraya Luiza Correia dos**
13 **Santos,** Representante das Entidades dos Trabalhadores, apesar de confirmar presença, esteve ausente sem
14 justificativa; o Conselheiro **Welliton Rezende Hassegawa,** representante do Setor Público / Empresas
15 Estatais, esteve ausente devido a compromissos de agenda já assumidos previamente, sendo dias 25 e
16 26/03/2015 com Oficinas de Concertação e Capacitação de Agentes de Ater das novas chamadas públicas do
17 MDA no estado e dia 27/03/2015 em compromisso assumido com a agenda de mulheres do Colegiado
18 Territorial da Costa do Descobrimento em Eunápolis, o seu substituto, o Conselheiro Suplente **Ricardo José**
19 **Viana Sales,** representante do Setor Público / Empresas Estatais, foi convocado para substituir o seu titular,
20 no dia 17/03/2015, entretanto não respondeu ao e-mail; o Conselheiro **Leurismar Marques Ferreira,**
21 representante dos Técnicos administrativos, esteve ausente devido a compromisso pré agendado no qual
22 participaria do Congresso Estatutário do SINASEFE, no período de 26 a 29/03/2015, sendo representado
23 pelo suplente o Conselheiro **Eric Oliveira Dunham;** o Conselheiro **Paulo José Cintra Santos,**
24 representante das entidades Patronais, esteve ausente devido a viagem ao exterior no mesmo período, o seu
25 suplente o Conselheiro **José Clemente de Mello Zanatta** foi convocado no dia 20/03/2015, porém esteve
26 ausente devido ao fato de estar em trânsito, retornando apenas no dia 05/04/2015; a Conselheira **Maria**
27 **Neusa de Lima Pereira,** representante do Ministério da Educação, confirmou presença, entretanto no dia
28 23/03/2015 informou que estaria ausente em função de problemas de saúde com ente familiar, a sua suplente,
29 **Senhora Rejane Maria de Araújo Vago** foi convocada no dia 23/05/2015, entretanto esteve ausente devido
30 a compromissos de trabalhos previamente agendados; o Conselheiro **Clemilton Silva de Souza,**
31 representante, dos discentes – Ensino Básico, confirmou presença no dia 17/03/2015, porém no dia
32 23/03/2015, informou que estaria ausente, devido a fatores não previstos, a suplente Conselheira **Ananda**
33 **Ariella da Silva Costa** foi convocada no dia 24/03/2015 e informou que estaria presente, entretanto devido a
34 distância e a convocação ter sido realizada apenas dois dias antes da reunião só poderia estar presente a
35 partir do dia 25/03/2015. **Abertura da Reunião:** o **Presidente do Conselho Superior,** o Professor Geovane
36 Nascimento, declarou aberta a sessão, após verificação do quórum mínimo, no qual a Secretaria constatou
37 que havia o quórum de 15 conselheiro no início da reunião e explicou as ausências dos Conselheiros. O
38 **Presidente do Conselho** dar sequência a pauta da reunião: **a) Leitura e Aprovação da Ata da Segunda**

39 **Reunião Ordinária do CONSUP (16 e 17/12/2014)** e passa a palavra a Secretária do Conselho, **Senhora**
40 **Ana Paula Figueredo** que explica que as atas não foram assinadas na reunião passada, em função das
41 Conselheiras Aureluci, Sayonara e Cátia não concordarem com a redação a respeito do item que trata da
42 Resolução de Remoção e através de e-mail solicitaram a alteração da ata, entretanto tanto a Secretária,
43 quanto o Presidente do Conselho não se recordavam do assunto ter sido tratado da forma proposta, sugerindo
44 então levar ao conhecimento dos Conselheiros para que todos se manifestassem. A Secretária fez a projeção
45 da ata e leitura do trecho ao qual as Conselheiras se referiam e com o consentimento de todos foi realizada a
46 alteração do trecho, com redação proposta pelas Conselheiras presentes. A Secretária promoveu os ajustes e
47 informa que posteriormente fará a impressão para assinatura da ata. **Informes:** O **Presidente do Conselho**
48 solicita que a Secretária passe alguns informes, referente à Secretaria. A **Senhora Ana Paula** informa que
49 são contribuições para as atividades desenvolvidas pela Secretaria: reitera algumas situações que foram
50 tratadas na reunião anterior e outras que aconteceram no decorrer do período em que se encontra como
51 Secretária. A primeira orientação é em relação à solicitação de diárias, ressarcimento de passagens
52 rodoviárias e prestação de contas de viagem que foi combinado desde a primeira reunião que devem ser
53 encaminhados diretamente ao Setor de Diárias e Passagens, destaca que essa orientação vem sendo realizada
54 a cada reunião, pois existe uma preocupação quanto aos Conselheiros que necessitam de passagens aéreas ou
55 que precisem do ressarcimento de passagens rodoviárias, para que essas situações não fiquem sem solução
56 ou se percam no meio do caminho e o (a) Conselheiro(a) fiquem impedidos de viajar e comparecer às
57 reuniões do Conselho, informa os dados do Setor de Diárias (e-mail e telefone) registrando que as dúvidas
58 devem ser tratadas com o referido Setor, embora a Secretaria esteja disponível para ajudá-los a qualquer
59 momento; sobre as Convocações solicita que os (as) Conselheiros estejam atendo, pois tem informado o dia e
60 horário limite para resposta dos e-mail, na qual a intenção é atender aos prazos de diárias, passagens aéreas e
61 convocação de suplentes, de forma a ter uma logística acessível à Secretaria, esclarece que o horário definido
62 (16 horas) é para que caso haja necessidade e seja possível, resolver assuntos ainda dentro do limite de
63 horário de expediente; registra que em relação as Atas ocorreu que os Conselheiros não responderam dentro
64 dos prazos estabelecidos e que apesar de ter sido um prazo curto, as atas já haviam sido discutidas,
65 anteriormente e era importante atender à solicitação da Secretaria para que as Atas fossem apresentadas na
66 reunião seguinte e explica que esses prazos, para as atas, são importantes para que, se necessário, a Secretária
67 possa ouvir o áudio e dirimir dúvidas; sobre o e-mail para os Conselheiros (Representantes da Categoria
68 Discentes e Egressos) informa que a solicitação já foi realizada e encontra-se aguardando um retorno da
69 DGTI, a criação do e-mail Institucional ocorreu em função de alguns dos(as) Conselheiras(as) não estarem
70 acessando os processos encaminhados através do link; em relação aos materiais informa que tem recebido
71 críticas, no sentido de que os materiais estão sendo encaminhados fora do prazo e concorda, entretanto
72 registra que alguns materiais estão sendo disponibilizados fora do prazo para a Secretaria, mesmo assim é
73 preciso fazer o envio dos processos que serão tratados na reunião, ainda que estejam fora do prazo e informa
74 que passará um e-mail, com autorização do Presidente da Secretaria, para que as pessoas atendam ao prazo
75 para envio dos processos, com no mínimo 15 dias que antecede a reunião, em arquivo digital – PDF-A e o
76 processo físico, para que seja possível analisar o documento apresentado, inclusive se existe Parecer Jurídico
77 e caso os(as) Conselheira tenham dificuldades em abrir os links encaminhado que informa a Secretaria;
78 explica que existe uma Portaria Normativa que trata da formalização do processo e que será informado a
79 todos, para que os processos sejam encaminhados conforme exige a legislação, esclarece, ainda, que os
80 processos já devem ser enviados à Secretaria constando o Parecer Jurídico; informa que a Secretaria, através
81 do seu e-mail, está disponível para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários; registra que na
82 medida do possível tenta sempre responder aos e-mail com agilidade e se algum e-mail ficar sem resposta
83 solicita que seja reiterado. O **Presidente do Conselho** concede a palavra a **Conselheira Cátia** que informa
84 que a convocação chegou para que fosse respondida com menos de 24 horas e questionou por que no dia que
85 foi encaminhado tinha aula manhã, tarde e noite e disse que não tinha como atender a exigência das 16 horas,
86 por ter sido feito com menos de 24 horas, o que impediria de estar presente, pois somente depois do fim da
87 sua aula noturna que pode responder e solicitou que em vez de colocar até as 16 horas, fosse colocado o
88 período de 24 horas, para que pudesse ter a flexibilização de responder. A **Secretária Ana Paula** diz
89 entender perfeitamente a situação colocada pela Conselheira, no entanto, no caso específico dessa reunião
90 extraordinária, a mesma já havia sido combinada na reunião anterior, explica que estava dependendo da
91 pauta para realizar a convocação e mesmo assim, esclarece que os (as) Conselheiros (as) que não
92 responderam à convocação, a Secretaria fez ligações, buscando a outra opção de comunicação, além do e-
93 mail, que é o contato por telefone quantas vezes forem necessárias. O **Presidente do Conselho** informa que
94 a Secretaria está para assessorar tanto o Conselho Superior como o Colégio de Dirigentes e registra que o
95 que a Secretária deseja é justamente atendê-los da melhor forma possível; destaca que quando se pretende
96 encaminhar um documento para análise e parecer dos(as) Conselheiros(as) pretende-se enviar com no
97 mínimo 10 dias de antecedência, principalmente pelos compromissos de todos, para que todos possam ler

98 com calma a documentação, obviamente existe algo que não depende da Secretaria, nem mesmo dos
99 Conselheiros e sim dos Campi ou das Pró-Reitorias que não encaminham dentro do prazo e muitas vezes sem
100 Parecer Jurídico, como foi o caso do NEABI, ou seja, é um problema interno que já identificou e precisa
101 resolver; em relação aos prazos, existe uma Agenda de Reuniões e existem duas preocupações, uma é
102 encaminhar os documentos com o tempo mínimo necessário para que todos tenham tempo de ler, a outra é
103 em relação a diárias e passagens, então o procedimento que tem adotado é convocar o mais rápido possível
104 os Conselheiros e os processos serem encaminhado na medida que cheguem, respeitando os prazos mínimos,
105 para os Conselheiros; quando o Conselheiro está impedido de comparecer é preciso chamar o suplente e dar
106 a ele um prazo para que responda à convocação e frisa que os registros dessas situações é para deixar claro a
107 preocupação da Secretaria; explica que os e-mail para os discentes não foi providenciado para todos os
108 discentes, devida a atual infraestrutura não permitir e o Professor Homero teve uma reunião com os
109 estudantes e Jeferson estava presente e parece que já existe uma solução para o e-mail dos estudantes, mas
110 para os Conselheiros (estudantes) já está sendo providenciado; sobre diárias e passagem informa que vai
111 pedir a Ana Paula para fazer um resumo e informar os contatos do setor responsável e passar para todos, para
112 evitar ruídos na comunicação entre Conselheiro / Secretaria / PROPLAN (Setor de Diárias). Esclarecido os
113 fatos, diz ter um informe para fazer: sobre a segurança no bairro em a Reitoria está localizada, no ano
114 passado, um motorista foi assaltado; essa semana houve dois assaltos e dois estudantes que vieram participar
115 de uma reunião na Reitoria foram assaltados a mão armada, destaca que será feito um Ofício à Polícia Militar
116 relatando os fatos e solicitando reforço policial, para amenizar as situações e pede a todos bastante cuidado e
117 atenção em relação ao bairro; registra que desde a última reunião, já havia informado que a garagem da
118 frente, no dia de Reunião do Conselho Superior a prioridade para estacionar é dos Conselheiros que vêm de
119 carro, registra que a garagem interna é para carro oficial. A **Conselheira Cátia** pergunta, considerando a
120 proposta que fez, se permanecerá o horário de 16 horas para as respostas aos e-mails? A **Secretária Ana**
121 **Paula** informa que permanecerá até as 16 horas, haja vista que existe uma agenda de reuniões e que as
122 convocações serão feitas com antecedência, conforme o Presidente do Conselho relatou. O **Presidente do**
123 **Conselho** faz a leitura da pauta. Em relação a relatoria do Relatório de Gestão explica que o critério utilizado
124 para indicação dos Conselheiros Relatores (Clóvis, Giliarde, Eberson) foi a de quem tem menos relatoria;
125 sobre o ponto de pauta “h” da AUDIN informa que verificará se Guilherme estará presente, devido as
126 auditorias que estão sendo prestadas nos Campi, pois pode ser que ele esteja em viagem; em relação ao ponto
127 de pauta “i” que trata do RCS, destaca que serão analisadas pelo Conselho as propostas de alterações
128 provenientes da reunião que ocorreu entre o Conselheiro Eduardo, a representante da CPPD, Senhora Camila
129 Santana, e a Comissão de RCS, destaca que no processo existe um parecer do Conselho de Brasília sobre
130 RSC e que qualquer mudança é preciso ater a este parecer, haja vista a responsabilidade deste Conselho em
131 relação às alterações propostas; registra que está acontecendo hoje a eleição para a nova CPPD. O
132 **Conselheiro Eduardo** registra que o Processo de proposta de alteração do RSC realizado pela reunião que
133 ocorreu entre ele, Camila e a antiga Comissão foi encaminhado ontem para a Secretaria do Conselho e
134 reconhece que não foi dentro de tempo hábil, para que os Conselheiros pudessem fazer uma leitura criteriosa,
135 mas durante a apresentação mostrará o que houve de alteração. O **Presidente do Conselho** destaca que se
136 deve levar em consideração o tempo exíguo que a comissão teve para preparar o processo. O **Conselheiro**
137 **Eduardo** ressalta que existem alguns implicadores técnicos que até o momento não foi solucionado. A
138 **Conselheira Aureluci** pergunta se os projetos que são encaminhados para os Conselheiros da forma que
139 aprovar não cabe mais mudança? O **Presidente do Conselho** esclarece que o Conselho analisará e fará
140 alterações, caso seja necessário e se forem mudanças simples de promover, caso seja algo mais complexo,
141 pode suspender a apreciação, solicitar relatores e retorna o processo para fazer as alterações necessárias. A
142 **Conselheira Aureluci** registra que a sua dúvida é devido aos erros ortográficos nos documentos, pois estão
143 demais e não acha certo o Conselho aprovar dessa forma e pergunta se os erros encontrados ela pode
144 informar no momento da apresentação do documento? O **Presidente do Conselho** diz que a Conselheira
145 pode e deve informar os erros encontrados no documento, pois os erros precisam ser resolvidos antes dos
146 Conselho aprovar, então submete à apreciação do Conselho, o Conselho informa os erros (ortografia e
147 concordância) que precisam ser alterados e depois retorna para aprovação do Conselho. Esclarece que os
148 documentos precisam estar prontos ao serem enviados para o Conselho, inclusive com revisão ortográfica. **b)**
149 **Implantação do Centro de Idiomas – Processo nº 23327.000250-2015-57 (Assessoria da Pró-Reitoria de**
150 **Desenvolvimento Institucional – Michele Sena):** O **Presidente do Conselho** passa a palavra para a
151 **Senhora Michele da Silva** que se apresenta, como Técnica em Assuntos Educacionais, lotada na Pró-
152 Reitoria de Desenvolvimento Institucional; atualmente atua como Coordenadora de Parcerias Institucionais,
153 defende a implantação do Centro de Idiomas, pois é uma área bastante defendida pelo governo; fala do
154 Programa Ciências sem Fronteiras”, programa de mobilidade acadêmica (intercâmbio, troca), programa de
155 governo, aconteceu no nível superior, do qual o Instituto também participa; foi criado em 2012; a priori
156 ofereceu 101 mil vagas, das quais muitas ficaram ociosas, devido a baixa proficiência dos estudantes; o

157 Programa Ciências sem Fronteiras atende a diversos países e não só aqueles de língua estrangeira; como esta
158 área está em voga no Governo Federal, deseja-se não só os estudantes como os servidores possam ter
159 experiência no exterior e fazer trocas; ressalta que no ano passado foi divulgado um programa “Professores
160 para o Futuro da Finlândia”, parceria CONIF e CAPES, naquele momento voltado apenas para professores,
161 entretanto o IF Baiano não conseguiu enviar ninguém, também pela falta de proficiência, então o Centro de
162 Idiomas aparece para facilitar a mobilidade acadêmica de estudantes e servidores; cooperações técnicas com
163 instituições estrangeiras, programas e capacitações no exterior e internacionalização das ações na Rede;
164 destaca que no momento o IF Baiano foi convidado para participar de um evento na França, voltado para a
165 área de agroecologia e a Pró-Reitoria optou por não indicar e somente dois professores se inscreveram, então
166 o objetivo é promover a internacionalização no IF Baiano, vieram três professores, fazendo capacitação em
167 Uruçuca e Santa Inês, o projeto visa o auxílio / cooperação técnica na área de agricultura e pedagogia, devido
168 à carência que eles possuem; apresenta alguns dados do Núcleo de Relações Internacionais: foi criado no fim
169 do ano passado, uma área que está fortalecendo no IF Baiano e as únicas ações que o IF Baiano possuía era
170 enviar estudantes para o “Ciências sem Fronteiras” e o acordo da EPAB, de Camarões. A criação do Núcleo
171 de Idiomas é um passo muito importante para fortalecer o setor no IF Baiano e poder divulgar / trocar /
172 compartilhar com o mundo; atualmente existem acordos firmados com as seguintes instituições Escola
173 Prática de Agricultura de Binguela – Camarões, *Institut de Technologie Agroalimentaire Quebec* – Canadá,
174 Instituto Politécnico de Castelo Branco; Instituto Politécnico do Porto e Universidade do Porto – Portugal,
175 pois tem um Professor de Catu que quer submeter o projeto à CAPES (graduação sanduíche) e para isso era
176 necessário realizar o acordo com a Universidade do Porto; destaca que é importante assinar os acordos e
177 colocar em prática, pois não é bom para a imagem institucional; registra que no ano passado o IF Baiano se
178 tornou Centro Aplicador do TOEFL ITP 2014, cujo coordenador do programa é p Professor Luís Pacheco do
179 Campus Santa Inês e responsável pela aplicação no IF Baiano, na aplicação em Santa Inês foram ofertadas
180 430 vagas, tiveram: 257 pessoas inscritas e apenas 138 pessoas realizaram a prova; informa que o IF Baiano
181 também tem o *MY English online*, ofertado pela CAPES e no ano passado era somente para professores, cujo
182 total em novembro/2014 era de 579 professores no IF Baiano e somente 117 participaram, na nova aplicação
183 do TOEFL os alunos que estão bloqueados podem voltar e realizar o *My English on line* - MEO; informa os
184 locais onde haverá a aplicação do TOEFL no IF Baiano em 2015; em relação ao Ciências sem Fronteiras,
185 no ano de 2013 o IF Baiano enviou 02 estudantes, no ano de 2014, através de Edital Interno, apenas 05
186 estudantes se inscreveram e desses, nenhum foi aprovado, ou seja em 2014 não teve representante no
187 Ciências sem Fronteiras; registra que uma ação que nasceu no Fórum Internacional foi o curso de EAD e,
188 hoje, o IF Baiano oferta 240 vagas para o curso de espanhol e 480 vagas para o curso de inglês e futuramente
189 será ofertado Português para estrangeiro; destaca o objetivo geral do Centro de Idiomas: fomentar o ensino e
190 a aprendizagem de línguas no IF Baiano, com vistas a dar suporte às políticas de ensino e extensão da
191 Instituição; O Centro de Idiomas é um projeto-piloto que poderia acontecer em um ou dois Campi, com o
192 apoio da PRODIN, através do Núcleo de Relações Internacionais, através do Diretor do Campus, gestores e
193 equipe pedagógica do Centro e ainda com a PROEN; fala dos Recursos Humanos necessários para a
194 implantação do Centro; informa que vão receber um estagiário de Francês que dará aulas em dois Campi do
195 IF Baiano; Considerações Finais: o curso vai ajudar no ensino e aprendizagem de línguas, na proficiência a
196 toda a comunidade acadêmica, nas ações de internacionalização, pois fortalece a Instituição e maior
197 participação no mundo globalizado. O Presidente do Conselho passa a palavra aos Conselheiros para as
198 considerações acerca do tema tratado. Registra a presença na reunião, pela primeira vez do Conselheiro
199 Suplente Eric Dunham, representante do Técnico Administrativos. O **Conselheiro Giliarde** destaca a
200 importância do Centro, entretanto se preocupa com o fato de ser um projeto-piloto e gostaria de saber quais
201 Campi estão disponíveis para receber este projeto-piloto? Quanto à questão da infraestrutura, haja vista a
202 pequena precariedade em que os Campi se encontram, gostaria de saber como será suprida a infraestrutura
203 desejada, conforme a apresentação do projeto? Quem custeará, os Campi, a Reitoria, o Governo? Registra
204 que não ficou muito clara essa parte do projeto e se preocupa com a responsabilidade da sua implantação que
205 pode esbarrar no ócio e trazer sérios problemas no futuro. A **Senhora Michele** registra que as questões
206 financeiras, são tratadas pelo Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e informa que levará o assunto ao
207 mesmo. Quanto aos Campi interessados a implantar o Centro de Idiomas estão Catu e Guanambi, conforme
208 registro em reunião do Colégio de Dirigentes. A **Conselheira Lizziane** registra que destacaria exatamente o
209 que o Conselheiro Giliarde pontuou, diz que na reunião do Colégio de Dirigentes, realmente, foi solicitado
210 que os Campi que tivessem uma melhor estrutura iniciasse o projeto, inclusive já existem ações pontuais dos
211 Campi, entretanto tem dúvida quanto a composição do processo e pergunta se o processo não deveria passar
212 antes por alguém para incluir um despacho, pois o mesmo saiu direto da PRODIN para o Conselho Superior
213 e pergunta como o processo será formalizado, pois não existe um padrão e cada processo está sendo
214 encaminhado de uma forma, não existe um *check list* para que possa acompanhar e saber se o processo está
215 coerente / condizente ou não; A **Senhora Michele** informa que alguns Institutos já possuem Centro de

216 Idiomas, IF Sul, IF Sudeste de Minas Gerais e IF de Minas, alguns não tem estrutura e utilizam as salas de
217 aula da escola; explica que hoje o IF baiano já oferta o curso EAD e tem funcionado e com o apoio de
218 diretores e interessados acredita que é viável a implantação do Centro. O **Conselheiro Ariomar** registra que
219 a ideia do projeto é louvável e indispensável para o Instituto começar a pensar na questão dos idiomas,
220 entretanto destaca que seria interessante que o processo tivesse a previsão orçamentária, para que seja
221 possível verificar a viabilidade da implantação, principalmente depois desse momento de contingenciamento
222 orçamentário que o Instituto está passando, é importante complementar o processo com essas considerações,
223 para que o Conselho possa decidir a aprovação considerando os reais custos para a implantação desse Centro,
224 à nível de Instituto. A **Senhora Michele** informa que encaminhará as demandas ao Pró-Reitor de
225 Desenvolvimento Institucional, porém acredita ser importante plantar essa semente e começar a pensar em
226 tudo isso, pois é uma área grande e em crescimento e que o IF Baiano precisa se mostrar. A **Conselheira**
227 **Aureluci** diz que o Instituto é formado por dez Campi e pensa que se todos ajudarem tem jeito de contornar,
228 então o Campus que for implantar todos podem contribuir. A **Conselheira Sayonara** concorda com todos os
229 servidores que a ideia é louvável, importante e imprescindível, mas o corte de orçamento que houve,
230 precisou fazer o replanejamento para despesas, além de outro problema que existe, a questão de recursos
231 humanos, que é o número limitado de servidores nos Campi, a exemplo de Uruçuca, ou seja, a questão não é
232 querer e sim poder realizar o projeto. O **Conselheiro Aécio** agradece a apresentação da Senhora Michele e
233 destaca que foi muito bem defendido o Centro de Idiomas em relação à necessidade, porém percebe que para
234 os Conselheiros é preciso uma melhor condição de avaliar o projeto, pois em relação ao orçamento não se
235 sabe a fonte de recursos, quem vai custear o projeto e gostaria de fazer o encaminhamento: se o projeto
236 continua para aprovação desse Conselho ou retorna para complementação das informações necessárias. O
237 **Presidente do Conselho** agradece a contribuição de todos os Conselheiros e destaca que é uma iniciativa
238 pró-ativa que veio do FOINTER, do CONIF e que a PRODIN acolheu e a gestão apoiou, haja vista que o
239 objetivo principal visa permitir a proficiência o mais rápido possível aos estudantes e servidores. Houve a
240 manifestação de dois Diretores que se destacaram como Polo com o interesse em implantar o Centro,
241 principalmente pela questão da infraestrutura física e de recursos humanos que tanto o Campus Catu como
242 Guanambi atendem a esses pré-requisitos. Informa que pediu a presença do Pró-Reitor de Desenvolvimento
243 Institucional, mas infelizmente não conseguiu falar com ele, para esclarecer os pontos considerados e
244 concorda com todos os Conselheiros que é preciso esclarecer o seguinte: Coordenação: quando se fala em
245 coordenação se pensa logo em FG e a estrutura para disponibilizar as funções e cargos depende de um
246 organograma; quanto à questão da infraestrutura destaca que é algo importante e registra a situação do
247 Mestrado, no qual se comprometeu a dar toda a infraestrutura necessária para o funcionamento e quando
248 levou o assunto, da implantação do Centro de Idiomas, ao Colegiado, dois diretores se propuseram a
249 participar e acredita que se eles se colocaram à disposição é porque tem condições; esclarece que esse projeto
250 é piloto e que tem tudo para dar certo, com o apoio de todos os diretores e pró-reitores; concorda que é
251 preciso esclarecer sobre a questão orçamentária, de recursos humanos, coordenações, secretarias, monitor,
252 professor, carga horária necessária, qual a metodologia, como será o funcionamento, etc e entende que a
253 questão orçamentária seria a mais fácil de resolver se houver infraestrutura disponível, acredita que nenhum
254 Conselheiro tem dúvida da importância do projeto, que iniciará como piloto pelas questões de infraestrutura
255 e de recursos humanos, e sugere que não haja aprovação do processo, para que sejam considerados todos os
256 questionamentos que os Conselheiros fizeram, para que o processo esteja bem claro / detalhado, inclusive
257 com o apoio de Ensino para o funcionamento da grade. A **Senhora Michele** destaca realizaram uma proposta
258 de metodologia, de duração da carga horária e sobre material didático consideraram que é melhor o Campus
259 definir o seu material, haja vista que é um material estrangeiro e comprado. O **Presidente do Conselho**
260 informa que é preciso juntar todos os professores da área se reunirem e discutir o melhor material, para o que
261 comprar para um Campus, comprar para o outro. A **Senhora Michele** esclarece que quem definirá o material
262 a ser utilizado é a equipe do Campus, pois ela entende melhor a realidade do Campus. O **Conselheiro**
263 **Ariomar** solicita que o projeto informe o que cada Campus que vai participar do projeto-piloto oferecerá (se
264 tem recurso humano, se está disposto a comprar material, a dar algum aporte financeiro). O **Presidente do**
265 **Conselho** informa que o que o Conselheiro Ariomar informou é muito importante e aproveita para fazer um
266 link com o que a Conselheira Lizziane falou anteriormente, em relação a tramitação dos projetos, nesse caso
267 de processos novos o projeto deve ser devidamente formalizado, inclusive com o Diretor, que implantará o
268 Centro de Idiomas, informando formalmente o que o Conselheiro Ariomar pontuou, além disso, é importante
269 tramitar na Procuradoria Federal, para parecer jurídico; esclarece que já conversou com as Pró-Reitorias que
270 é preciso encaminhar os processos para Parecer Jurídico, antes de serem apreciados pelo CONSUP, para
271 evitar que os mesmos sejam devolvidos e que tratará novamente do assunto com todas as Pró-Reitorias.
272 **Deliberação: O processo deve retornar para a PRODIN para revisar o projeto com as considerações**
273 **realizadas pelo Conselheiros e Parecer Jurídico e depois encaminhar para nova apreciação do**
274 **CONSUP. c) Apreciação do Regimento da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado Profissional**

275 em Produção Vegetal no Semiárido – MPPVS – Processo nº 23327.000261/2015-37 – (Assessoria da Pró-
276 Reitoria de Pesquisa e Inovação – Professor Gessionei Santana): O **Presidente do Conselho** informa este
277 ponto de pauta será tratado à tarde pois, no momento, o Professor Gessionei está participando de uma
278 reunião. d) **Análise e Aprovação da Minuta do Regulamento Disciplinar Discente, Processo nº**
279 **23327.000691/2014-78 – Conselheiros Relatores: Phablo Angelim, Jeferson Santos, Dustin Fonseca e**
280 **Aécio Duarte:** O **Conselheiro Phablo** apresenta a Relatoria, como segue: o **Artigo 4:** deverá conter a
281 seguinte alteração no seu parágrafo único: *Caberá a Coordenação de Assuntos Estudantis – CAE de cada*
282 *campus, a entrega deste documento aos estudantes, quando do seu ingresso no Instituto Federal de*
283 *Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, orientando-os sobre o seu teor;* o **Artigo 5:** deverá conter a
284 seguinte alteração: *participar das atividades educacionais e eventos de cunho cívico, cultural, artístico,*
285 *desportivo e de lazer destinados à sua formação, promovidos no âmbito do Instituto Federal Baiano*
286 *Campus e /ou por entidades estudantis, desde que não resulte na supressão das atividades letivas*
287 *planejadas.* **Parágrafo Único:** fica assegurado a orientação pedagógica e realização de avaliações, quando
288 justificada a supressão das atividades letivas planejadas para participação dos estudantes em eventos
289 autorizados pelo Campus.; no **Artigo 6:** adicionar ao final: *“Respeitando inclusive, as necessidades inerentes*
290 *a representação estudantil”;* no **Artigo 11:** *faz-se necessário melhor especificar quais são as necessidades*
291 *estudantis a serem atendidas;* o **Artigo 14:** *Necessita de melhor redação quanto ao poder discricionário do*
292 *deferimento por parte do Diretor Geral quanto a organização de eventos; Retirar a palavra “Participação”;*
293 no **Artigo 20:** poderá ser feita a seguinte alteração: *Informar ao setor de acompanhamento Pedagógico do*
294 *campus COEN/CAE, as dificuldades de aprendizagem e problemas pessoais, para um melhor*
295 *acompanhamento da sua vida acadêmica;* o **Artigo 26:** deverá constar da seguinte forma: *Ter*
296 *representatividade no Conselho de Classe Diagnóstico e Prognóstico;* **Artigo 27:** (RETIRAR) – **acrescentar**
297 **a justificativa o motivo da retirada;** **Artigo 28:** deverá sofrer a seguinte alteração: *Apresentar justificativa*
298 *para ausência das atividades didático-pedagógicas, por meio de atestado médico, comprovante de serviço*
299 *militar ou outros previstos em Lei, no prazo de até um dia útil, após o término do afastamento;* **Artigo 30 e**
300 **41** deverá ser identificado qual é documento ou retirar este artigo; **Artigo 38:** melhor especificar o que seriam
301 esses atos; **Artigo 58:** no seu **parágrafo II,** deverá conter a seguinte ressalva; descumprir o horário de
302 atividades didático-pedagógicas, salvo quando devidamente justificados os atrasos; e no seu **parágrafo VII,**
303 deverá melhor especificar quais as ações serão estas e quem poderá equipará-las; **Artigo 60:** Retirar o **Item V**
304 pois esta redundante; **Artigo 63:** – Estabelecer a forma de composição, tempo de atuação de cada
305 componente, quantos mandatos e se será possível a recondução; Analisar a possibilidade de inclusão de
306 representação discente. **Voto da Relatoria:** não aprovação do Regimento e propõe diligenciar o processo no
307 sentido e realizar as alterações sugeridas pela Relatoria e depois submeter para apreciação deste Conselho. O
308 **Presidente do Conselho** informa que o voto está muito claro para os Conselheiros e submete para votação a
309 relatoria: **Deliberação: Por unanimidade todos concordam com o voto da Relatoria.** O **Presidente do**
310 **Conselho** solicita que nas próximas relatorias seja informado o texto original do documento e o atualizado e
311 ainda que as relatorias sejam assinadas e encaminhadas para a Secretaria, para que possa juntar ao processo
312 para apreciação da comissão que elaborou o documento. O **Conselheiro Aécio** registra que é preciso retirar
313 do modelo de relatoria apresentado o item que é a decisão do Conselho e deixar até o voto do relator, para
314 somente o(os) relator (es) assinarem. A **Conselheira Aureluci** fala sobre a organização didática, artigo 12,
315 solicita esclarecimento, sobre a eleição do coordenador de curso e pergunta se o estudante faz parte do
316 colegiado não tem direito de votar? O **Conselheiro Giliarde** explica que para ter as duas organizações
317 didáticas a do superior consta o direito a voto pelo estudante e a do ensino médio não consta o direito a voto,
318 então é preciso colocar um ponto que permita o estudante do ensino médio participar da escolha do seu
319 Coordenador de Curso. A **Conselheira Sayonara** esclarece que não existia o Coordenador de Curso para o
320 ensino, o que existia era apenas uma proposta da organização didática para criação do Coordenador de
321 Curso, que foi criada a pouco tempo. O **Conselheiro Ariomar** sugere que os documentos / processos que são
322 encaminhados para o Conselho passem antes por uma revisão ortográfica e geral. A **Conselheira Sayonara**
323 destaca que tem algumas considerações fazer a respeito do **artigo 11:** quando a relatoria pede para “elencar
324 as necessidades”, **sugere a seguinte redação:** “desde que em caráter de urgência e planejada previamente”; do
325 **Artigo 58:** sugere a retirada da palavra “adornos” e especificar o que não pode utilizar; sobre o **uniforme**
326 pergunta se existe um consenso sobre o assunto e explica que em Uruçuca os alunos têm passado mal com o
327 uniforme e propõe peça de vestimenta alternativa aprovada junto a Diretoria Acadêmica, ouvido o grêmio,
328 sugere um tecido mais leve. O **Conselheiro Phablo** diz que pode inserir, como ressalva, a sugestão da
329 Conselheira no **artigo 40.** O **Presidente do Conselho** solicita que cada Conselheiro encaminhe as suas
330 sugestões para os Relatores, para eles possam apreciar e acrescentar no documento. O **Conselheiro Giliarde**
331 diz entender a colocação da Conselheira, entretanto acredita que a opção pela calça jeans foi pensando na
332 questão da economicidade, mas que pode colocar um tecido leve como foi sugerido. Sobre o **Artigo 44:** não
333 concorda com a redação e solicita a retirada da informação. O **Conselheiro Carlito** informa que o que deve

334 prevalecer é o bom senso, pois não tem como regulamentar toda a relação aluno / professor. O **Presidente do**
335 **Conselho** concorda com o Conselheiro Carlito e registra, ainda, que quanto mais simples a legislação,
336 melhor o seu entendimento. e) **Aprovação de Reformulação de Regimento da Comissão Própria de**
337 **Avaliação (CPA) – Processo nº 23327.000304/2015-84 (Assessoria do Senhor Carlito Filho):** O
338 **Presidente do Conselho** passa a palavra para o Conselheiro Carlito que por ter feito parte da Comissão fará
339 a apresentação do documento. O **Conselheiro Carlito** inicia a sua apresentação explicando o motivo da
340 alteração do regimento da CPA, informa que a CPA que existe no Instituto hoje é a primeira que foi
341 constituída e houve dificuldade para eleição de composição dos novos membros, embora o edital eleitoral já
342 esteja pronto e aprovado pela Procuradoria, não poderia disparar, devido à necessidade de alterar o
343 Regimento, pois o Regimento teria que alterar alguns pontos do Edital Eleitoral; a maior dificuldade da CPA
344 encontra-se na extensão territorial do Instituto, para atuação de uma única CPA, na Reitoria, para atender
345 todo o Instituto; registra que o ideal é que tivesse uma CPA em cada Campus e uma Comissão Central com o
346 representante de CPA de cada Campus, o principal ponto de alteração do Regimento foi esse e além disso
347 tentaram melhorar o regimento; explica que existem críticas ao regimento, pois acreditam que a CPA deve
348 ser mais atuante no âmbito do Instituto, contudo é preciso fazer com que a CPA funcione, haja vista que
349 atualmente a CPA conta com apenas 02 membros colaboradores, existe ainda a dificuldade de concentrar as
350 atividades na Reitoria, pois dificultava a vida dos estudantes e dos servidores, além da dificuldade da
351 disponibilidade de tempo do servidor para trabalhar nas atividades da CPA. Apresenta a proposta de alteração
352 com a leitura do Regimento: **artigo 2º**, inclusão da educação profissional de nível médio, pois no primeiro
353 não estava claro; Destaca que alguns artigos foram transcritos da lei 10861/2014; **artigo 5º, §3º** – definir a
354 carga horária e o coordenador, tem que dedicar no mínimo 20 h semanais a CPA. A **Conselheira Aureluci**
355 registra as suas considerações: **artigo 2º**: informa que faltou o **conectivo**, rever a formatação do texto; **artigo**
356 **6º**: melhorar a redação devido ao sentido não estar muito claro; **artigo 6º 3º / artigo 12**: acredita que está
357 repetido, mas entende que pode permanecer; informa que o Instituto tem pouco órgão que ouve aluno e
358 servidores e destaca a importância da CPA dentro da Instituição, inclusive no momento de reconhecimento
359 de cursos quando todos os avaliadores perguntam sobre a CPA, se houve avaliação, se teve acesso ao
360 relatório, se foram realizadas dentro do campus as sugestões da CPA; percebe que não há muito
361 comprometimento com a CPA; diz que na sua opinião o Regimento ficou muito técnico e faltou falar mais da
362 atuação / valorização / importância da CPA, percebe que a comunidade anseia por alguém para falar dos
363 problemas e posteriormente ter um retorno; **artigo 23**: sugere alterar a redação, para um melhor
364 entendimento, incluindo: “a CPA atual”. O **Conselheiro Aécio** fala sobre a modificação que foi realizada,
365 sobre a avaliação dos cursos da EPTNM, esclarece que toda a legislação que norteia a CPA, faz alusão aos
366 cursos de nível superior; registra que é preciso analisar se é esta Comissão que terá a prerrogativa e a
367 condição de fazer a avaliação dos cursos da EPTNM e com base em que e quais seriam os dispositivos legais
368 para lastrear a avaliação. Além disso, destaca que avaliar os cursos de nível superior é uma responsabilidade
369 muito grande e pergunta se será possível a mesma CPA, com a composição que existe, realizar a avaliação
370 dos cursos de nível superior e EPTNM? O **Conselheiro Carlito** registra que a responsabilidade da CPA é
371 coordenar e executar o processo de autoavaliação da Instituição; a CPA ainda tem que produzir
372 conhecimentos a partir da autoavaliação; esclarece que não deve ser somente a CPA para tudo. A Comissão
373 que vai entrar, primeiramente, será capacitada, para ter uma ideia, uma dimensão de tudo e até mesmo do
374 recurso, para posteriormente produzir conhecimento de autoavaliação; acredita que na hora de executar,
375 poderá fazer uso de outra Coordenação de Curso de Nível Médio. O relatório que é encaminhado para o
376 MEC, o Instituto manda como Instituição de Ensino Superior, mas na realidade a Instituição é de Ensino
377 Profissional e Tecnológico de Ensino Médio e Superior; Pergunta: Como será feita a avaliação do Ensino
378 Médio? A avaliação realizada vai poder ser utilizada? Vai atender a quem? Registra que a Lei 10.861/2004
379 trata do Ensino Superior e a avaliação de Ensino Médio é algo novo. Acredita que depois que formar essa
380 Comissão e qualificar, será preciso elaborar um plano estratégico para resolver a situação e não tem como
381 responder ao questionamento do Professor Aécio, pelos motivos explicitados. Outra coisa é dar
382 conhecimento à comunidade dos relatórios, pois a comissão é composta por três membros.; destaca que a
383 CPA não é ouvidoria; registra que são muitas atribuições para a atual composição dar prosseguimento;
384 mesmo tendo dificuldade a CPA fez muita coisa, publicaram dois artigos sobre autoavaliação, no Seminário
385 Regional do Nordeste, promovido pelo INEP, sem aporte de diárias, porque a Reitoria achava que não faz
386 parte das atribuições da CPA, pois a CPA não pode produzir conhecimento; destaca que ficaram 03 anos
387 solicitando a capacitação da CPA, mas a Professora Hildonice disse que a Reitoria / Administração vai
388 assumir o compromisso de qualificar os membros das comissões. O **Conselheiro Jeferson** solicita que seja
389 observado a composição e que seja colocado uma representação do egresso, para contemplar essa classe
390 muito importante e verificar se é possível aumentar a participação tanto de discentes, quanto de egressos. O
391 **Conselheiro Carlito** informa que levará o assunto aos membros da CPA, pois a representação precisa ser
392 equânime. O **Conselheiro Jeferson** pergunta porque é a direção é quem indica a representação da Sociedade

393 Civil? O **Conselheiro Carlito** explica que para a representação externa é feito o relacionamento pelo
394 dirigente máximo, ou o Reitor ou Diretor-Geral. Informa que poderia, talvez, acrescentar “ouvida a
395 comunidade acadêmica.” O **Conselheiro Eduardo** solicita a revisão do Artigo 4º, revisar a palavra
396 “abonada” e outras revisões no texto. Destaca que pensa contrário ao **Conselheiro Jeferson** em relação à
397 composição dos membros, pois existem três representatividades que geralmente procura-se dar uma equidade
398 a eles (Docente, Discente e Técnico) e percebe que no regimento tem 02 representantes estudantis (01 nível
399 médio e 01 nível superior), 01 de TAE e 01 de Docente e sugere para que haja equidade na representação: 02
400 estudantes (01 Nível Médio e 01 Nível Superior), 02 TAE's e 02 Docentes; outra questão é o Artigo 14:
401 solicita esclarecimento se o Secretário-Executivo seria um servidor disponível para a CPA e não um membro
402 da CPA? Pode ser membro da CPA? O **Conselheiro Carlito** informa que não é membro CPA. O Servidor
403 ficaria a disposição assim como a Secretaria de apoio aos Órgãos Colegiados, a vantagem é a disponibilidade
404 das informações, haja vista que a CPA é um órgão consultivo e fonte de dados para decisões e essas
405 informações são obtidas na Secretaria e o interessante é ter a Secretaria-Executiva nos Campi, onde estão as
406 informações. Sobre a questão da equidade informa que foi discutido, entretanto explica que o que impactou
407 na decisão é a questão da representatividade, pois o estudante de nível superior não pode representar o de
408 nível médio e vice-versa. O **Conselheiro Eduardo** esclarece que o objetivo da sua solicitação é apenas para
409 manter a equidade. Concorde com a inclusão do egresso, pois representa a comunidade; destaca que o perigo
410 é inchar muito a comissão; informa que a divisão da CPA (Reitoria e Campi) é uma boa ideia, entretanto o
411 documento não definiu muito bem essa divisão, destaca que é preciso diferenciar as nomenclaturas para
412 especificar se é CPA Local ou Central. A **Conselheira Lizziane** concorda com o Conselheiro Eduardo e
413 destaca que teve a mesma dificuldade de entender o que é designação da CPA Central e Local. Quanto à
414 questão da Secretaria-Executiva, mostra-se preocupa com a criação de diversas comissões, inclusive
415 permanentes, com relação ao quantitativo de servidores existentes e registra que será muito difícil atender a
416 todas, além da necessidade de uma Secretaria-Executiva, então é preciso repensar, pois os Campi menores
417 não poderão atender a esta demanda. Registra, ainda, que concorda com o Conselheiro Aécio sobre a CPA
418 realizar a avaliação dos cursos superiores e médio, pois no seu entendimento não tem dificuldade na mesma
419 CPA realizar as avaliações, mas é preciso constar no documento. O **Conselheiro Giliarde** registra a
420 importância da discussão pelo Conselho, principalmente, porque a atual Comissão iniciou com muitos
421 membros, mas agora conta somente com três membros. Informa que dentro da própria CPA discutiram até
422 onde a CPA pode ir; A CPA, pois tem característica normativa, consultiva, mas será que é possível deliberar?
423 Será que deliberar já não perpassa pela autoridade do Diretor e do Reitor? Acredita que a CPA nos Campi vai
424 proporcionar um contato maior com a comunidade e vai ser um trabalho bem mais elaborado, pois isso a
425 necessidade de retornar a CPA para os Campi; sobre a Comissão Central não está claro qual a composição da
426 CPA, para que no momento da indicação ela não seja composta só por docentes ou só por técnicos e solicita
427 incluir no Regimento. O **Conselheiro Carlito** pede para incluir os critérios referentes à Comissão Central. O
428 **Conselheiro Eduardo** solicita incluir nesses critérios que a nova comissão sempre tenha membros da
429 comissão anterior, da mesma forma que é praticado pela Comissão de Ética, para que não saiam todos os
430 membros de uma vez só. O **Conselheiro Carlito** informa que em relação a estrutura da CPA nos Campi pode
431 colocar uma Secretaria-Executiva para atender a todas as Comissões; A CPA tem duas atribuições prioritárias
432 muito importantes: a avaliação institucional que tem que prazo de entrega ao MEC é até 31/03 e o
433 reconhecimento dos cursos que precisa de nota 03 para que nem a Instituição e nem os alunos sejam
434 prejudicados. O **Presidente do Conselho** destaca a importância da CPA junto às Instituições da CPA e chama
435 atenção para a importância do principal motivo da existência da CPA que é a autoavaliação. Todos da
436 comunidade acadêmica precisa contribuir e colaborar, ainda que exista o apoio da gestão; ressalta que cada
437 Campus dentro do seu planejamento estratégico e junto à comunidade promover e esclarecer o papel da CPA
438 que é avaliar e garantir o que foi planejado e se o que está no PDI foi executado e vai assessorar a gestão;
439 ressalta que não pode perder de vista a execução da CPA / CIS/ CPPD/ órgãos de controles internos e
440 externos e cabe a CPA avaliar e ao gestor executar tudo que foi planejado e participar à comunidade; sobre a
441 CPA e outras Comissões que não têm CD ou FG é importante destacar o espírito de colaboração de cada
442 servidor de colaborar e ser pró-ativo na Instituição; destaca que a Professora Hildonice durante o processo de
443 avaliação foi a todos os Campi e fez uma pré-avaliação do que o MEC faria, para orientar os Diretores no
444 sentido de resolver pendências antes da visita do MEC, faltando apenas o Campus Itapetinga; informa ao
445 Conselheiro Aécio que já tem uma sinalização do MEC em relação a avaliação dos cursos de nível médio e
446 acredita que não será necessária outra CPA, pois avaliará os cursos; registra que é preciso revisar o
447 documento quanto à ortografia e formatação. Pergunta se a Comissão verificou em outros Institutos como
448 funciona a CPA? O **Conselheiro Carlito** informa que não até porque a realidade da educação de nível
449 superior nos Institutos é algo recente. O **Presidente do Conselho** destaca que no que se refere às CPA's de
450 Campus e ao quantitativo está perfeito, pois está bem representada; não acolhe a sugestão do Conselheiro
451 Jeferson quanto à inclusão do egresso, pois já existe o Encontro de Egressos e sim em relação à Sociedade

452 Civil e o Conselheiro pode sugerir, ouvir a comunidade, para que possa ser convidado; sobre a elaboração do
453 relatório final de todos os Campi, sugere reunir um membro de cada Comissão de Campus com a Comissão
454 Central, na Reitoria. A **Conselheira Sayonara** solicita que haja a garantia do orçamento, no planejamento
455 anual, para atender a CPA (diárias e passagens) para a referida reunião. O **Presidente do Conselho** ressalta
456 que é preciso informar no processo a como se dará a criação da secretaria-executiva, a garantia de espaço
457 físico, material / humanos e financeiros e detalhar esses itens; verificar a questão da carga horária de 20
458 horas, do coordenador, pois é uma situação que pode não ser viável para o gestor dispensar um docente, um
459 técnico para as atribuições da CPA e é importante colocar no papel somente aquilo que é exequível; registra
460 que é preciso definir quem será o Coordenador da CPA, na sua opinião, somente servidor poderá ser
461 Coordenador; fala sobre a qualificação dos membros e sugere a Professora Hildonice, Carlito e Giliarde e
462 destaca que apoiará a qualificação. **Deliberação:** Encaminhar o documento para os membros da CPA para
463 revisão conforme considerações dos Conselheiros, revisão ortográfica e de formatação; rever como
464 funcionará a CPA, conforme as proposições citadas; rever a proposição de criação da Secretaria-Executiva,
465 além de definir quem será o Coordenador e a questão da carga horária mínima. **Votação:** Todos os
466 conselheiros concordam. c) Apreciação do Regimento da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em nível de
467 Mestrado Profissional em Produção Vegetal no Semiárido – MPPVS – Processo nº 23327.000261/2015-37 –
468 (Assessoria da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação – Gessionei Santana): Retorno as 14:42h. O **Presidente**
469 **do Conselho** propõe esse ponto de pauta seja transferido para o dia seguinte, em virtude, do servidor
470 Leandro Damasceno estar de férias e ter ido participar da reunião para assessorar a PRODIN e todos
471 concordam. f) **Apresentação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas TCU – IF Baiano / Exercício**
472 **2014 (Assessoria da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento e da Pró-Reitoria de**
473 **Desenvolvimento Institucional – José Alberto Souza).** **Conselheiros Relatores: Representante Discente:**
474 **Giliarde Alves dos Reis; Representante Técnico Administrativo: Clóvis Costa dos Santos;**
475 **Representante Docente: Eberson Luís Mota Teixeira:** O **Presidente do Conselho** para a palavra ao Pró-
476 Reitor de Desenvolvimento Institucional, o **Professor José Alberto Souza** pede desculpas, pois gostaria de
477 implementar um pouco mais a apresentação; O Relatório segue as diretrizes contidas na Instrução Normativa
478 – TCU nº 63/2010 que trata do Relatório de Gestão em Geral e a Decisão Normativa nº 134/2013 que trata
479 do Relatório 2014 e a Portaria 90/2014 que trata da estrutura do Relatório; a estrutura é dividida em duas
480 partes, parte A com 12 itens que trata de toda a gestão do Instituto, a parte B que trata indicadores de
481 desempenhos elaborados pelo TCU, ponto em que o TCU avalia; mostra os locais onde o IF Baiano atua,
482 incluindo os quatro em implantação, os territórios nos quais estão inseridos e a distância deles para Salvador;
483 apresenta a estrutura de gestão do IF Baiano, através do organograma; fala da tabela resumo das vagas
484 ofertadas em cursos presenciais do IF Baiano em 2014, com um resumo das modalidades em quantitativo e
485 2810 vagas ofertadas no total; a lei informa que deve ter no mínimo de 50% para o ensino médio e está bem
486 acima com 79,54%, por outro lado a mesma lei informa que o mínimo em licenciatura é 20% e o Instituto
487 está bem aquém; apresenta a tabela dos componentes inscritos no SISTEC; explica que os números não
488 refletem a realidade do que seria os números de 2014, devido à greve, além disso o segundo semestre ainda
489 não terminou, então o Relatório ficará sem o segundo semestre de 2014; fala dos indicadores de
490 desempenho, realizando um comparativo entre 2013 e 2014; explana sobre os indicadores de pesquisa e de
491 extensão e destaca que fora 209 trabalhos (pesquisa e extensão) apresentados em evento com um aumento de
492 mais de 60 trabalhos de pesquisa e extensão; explica os índices de gestão de pessoas e gestão orçamentária e
493 financeira (ampliação do quadro técnico, capacitação, licença médicas titulação do docente, gasto corrente
494 por aluno, orçamento executado, gastos com outros custeios e investimento em obras, fazendo um
495 comparativo entre 2013 e 2014; na gestão do patrimônio (investimento material permanente, gasto com
496 material de consumo, processos informatizado) e gestão da tecnologia da informação; informa sobre os
497 indicadores acadêmicos, administrativos e relatório socioeconômico. Explica que o prazo para entrega do
498 relatório de gestão era 31/03/2015 e o TCU prorrogou para 30/04/2015, registra que vai realizar alguns
499 ajustes, principalmente em relação aos índices que não foram apurados e quer saber se os índices que não
500 foram inseridos podem ser incluídos no Relatório, antes de enviar para o TCU. O **Presidente do Conselho**
501 solicita ao Professor Alberto que explique aos Conselheiros e a comunidade que está assistindo à transmissão
502 como é elaborado o Relatório de Gestão, haja vista que muitos Conselheiros estão participando pela primeira
503 vez de uma discussão sobre o Relatório. Destaca que o Relatório é padrão para todos as autarquias no que diz
504 respeito a campos obrigatórios, muitos dos quais não se aplicam ao Instituto. O **Professor Alberto** informa
505 que todo ano o TCU emite no segundo semestre uma Instrução Normativa a respeito das regras do Relatório
506 de Gestão e nesse ano foi a IN 134/2013 que foi emitida em setembro de 2013, além da Portaria nº 94/2014,
507 disponibilizada em agosto de 2014 que traz toda a formatação do relatório e divide em duas partes A (todos
508 os itens são obrigatório, embora nem todos os subitens sejam obrigatórios) e B, os conteúdos são específicos
509 para cada tipo de unidade e alguns índices não são aplicados ao Instituto. O **Presidente do Conselho**
510 informa que em outubro emitiu uma Portaria com os membros responsáveis para elaborar o relatório de

511 gestão, onde o Professor Alberto é o Presidente. O **Professor Alberto** informa que em agosto recebeu a
512 Portaria do TCU, distribuiu em setembro e solicitou ao Reitor para emitir a Portaria com a Comissão
513 responsável pela elaboração do Relatório, indicando nomes com representantes de cada Pró-Reitoria e a
514 Portaria foi emitida em 16/10/2014. O **Presidente do Conselho** passa a palavra primeiramente ao
515 Conselheiros Relatores e posteriormente aos demais Conselheiros para emitir as suas considerações se
516 houver. O **Conselheiro Clóvis** informa que não participou da construção de uma Relatoria, pois não teve
517 tempo e destaca que somente a partir do Ofício encaminhado dia 17 é que teve conhecimento que estava
518 indicado para a relatoria do processo; explica que estava envolvido em outra ação, que é a Eleição para
519 escolha dos Representantes Egressos e diante disso, registra que enquanto Relator não tem considerações
520 para o processo, embora tenha realizado a leitura do mesmo, principalmente pela falta de experiência em
521 relatorias e no assunto, por ser um processo grande, devido ao curto tempo e com muitos termos técnicos. O
522 **Conselheiro Eberson** explica que fez uma confusão quando achou que deveria realizar a relatoria de outro
523 ponto de pauta (AUDIN). O **Conselheiro Giliarde** registra que não chegou a realizar a relatoria, devido ao
524 fato de estar envolvido em múltiplas ações, tais como política de assistência estudantil e auxiliando no
525 relatório da CPA, porém dentro do que foi possível fazer uma leitura, considerando a complexidade do
526 assunto, gostaria de perguntar sobre os projetos de extensão e gastos elencados, pois não houve execução e
527 gostaria de saber se houve empenho para esses projetos ou não. O **Professor Alberto** explica que as
528 informações dos relatórios de gestão são distribuídas com os representantes de cada Pró-Reitoria. O Senhor
529 Vinícius, representante da PRODIN, informa que além dos membros da comissão foi enviado a cada Campus
530 (Diretores), solicitando que indicasse a pessoa responsável pelas informações dos Campi, então os dados
531 informados no relatório, exceto a parte orçamentária que é responsabilidade da PROPLAN, são coletadas dos
532 Campi, ou seja, a PRODIN apenas transcreve para o Relatório. O **Senhor Antônio Vinícius Pereira**,
533 representante da PRODIN, explica que logo após a constituição da Comissão, as planilhas são encaminhadas
534 para os membros que se responsabilizam em coletar as informações nos Campi, através de membros
535 designados pelos Diretores, dessa forma toda informação que é disponibilizada para a PRODIN são extraídas
536 dos Campi. O **Professor Alberto** esclarece que a PRODIN gerencia os dados que são relativos as outras Pró-
537 Reitorias, Diretorias e Campi e produz apenas dados relativos as ações da PRODIN (convênios, relações
538 internacionais, planejamento estratégico). As informações de extensão são de responsabilidade da Pró-
539 Reitoria de Extensão – PROEX que, por sua vez, recebe as informações dos Campi. A planilha que está no
540 Relatório é modelo disponibilizado pelo TCU e não trata de recursos, por outro lado tem uma planilha que
541 informa o total de recursos aplicado em extensão; explica os valores aplicados em extensão para diversos
542 projetos, entretanto a maioria dos projetos foram tocados com recursos capitados por órgãos de
543 fomento(FABESP, CNPS, CAPES) e o próprio Coordenador é responsável pelo projeto; O Instituto tem
544 apenas o valor aplicado no projeto, mas o controle da aplicação é realizado pelo Coordenador; esclarece que
545 a grande maioria dos projetos se iniciaram em 2014, boa parte aprovados no final do ano, em dezembro/2014
546 e boa parte quase não se aplicou recursos, a execução ocorrerá em 2015. A **Conselheira Aureluci**
547 complementa a fala do Conselheiro Giliarde informando que na Instituição existiam projetos de extensão
548 aplicados com recursos do próprio Campus. O Campus pagava 24 bolsas para os estudantes e houve corte
549 dessas bolsas e pergunta se era a isso que o Conselheiro Giliarde estava se referindo? O **Conselheiro**
550 **Giliarde** diz que na verdade o que deseja dizer é referente ao aporte que é feito pela Instituição para bolsa de
551 pesquisa e extensão de projetos que foram aprovados em 2014 e que não foram aplicados; destaca que
552 existem comentários que serão utilizados recursos de 2015 para os projetos de 2014 e esclarece que o seu
553 projeto aprovado em 2013 está sendo executado com recurso de 2014; registra que a sua dúvida é a seguinte:
554 consta a informação que o projeto encontra-se em andamento, mas o projeto não está sendo executado, será
555 utilizado recurso de 2015 para projetos de 2014? O que ocorreu? Não tinha recurso ou não foi aplicado? O
556 **Presidente do Conselho** informa que solicitou a presença dos Pró-Reitores de Pesquisa e Extensão para
557 esclarecer as dificuldades que enfrentaram na transição da gestão, inclusive na Extensão houve dificuldade
558 em relação ao PRONATEC, pois não foi pactuado na gestão anterior e sem pactuar não poderia pagar os
559 Professores do PRONATEC e os estudantes foram pagos com bolsa de extensão e como houve essa situação
560 precisa haver o registro dessa informação na análise crítica do relatório, para justificar os resultados obtidos.
561 Explica ao Professor Delfran que o assunto da reunião no momento trata dos recursos de pesquisa e extensão
562 e solicita que o Professor Delfran informe o que ocorreu no momento que assumiu a Pró-Reitoria de
563 Pesquisa e relate as dificuldades em relação as bolsas de iniciação de pesquisa e os projeto de pesquisa. O
564 **Professor Delfran Batista**, registra que quando assumiu em março do ano passado pegaram a Pró-Reitoria
565 com pendências financeiras, ocorreu seleção de bolsista e projetos de pesquisas que tinham sido aprovados
566 no ano anterior e que ficou de ser pago o ano seguinte; todo o recurso que foi disponibilizado para a
567 PROPES, em torno de R\$500.000,00, foi utilizado para pagar as bolsas e alguns projetos, mesmo assim
568 permanecia um deficit de R\$65.000,00, pois não existia mais recursos de custeio para pagar o que foi
569 acordado no ano anterior, ainda se utilizaram da prerrogativa de transformar o recurso de capital para recurso

570 de custeio, para pagar todas as pendências do ano anterior. Devido a ter que honrar o que foi acordado no ano
571 anterior não teve recurso disponível para aplicar em 2014. Informa que no ano passado não teve editais para
572 fomento de pesquisa, pois precisava honrar todos os projetos pendentes, anteriormente, firmados. O
573 planejamento para esse ano é retornar os lançamentos dos editais de projetos e bolsas. O **Conselheiro Clóvis**
574 pergunta qual seria o motivo de não ter sido pago, pois imagina que quando se lança um edital existe uma
575 previsão de que haverá recurso disponível, então como se dá uma aprovação de projeto e não ter recurso para
576 pagar? O **Professor Delfran Batista** explica que uma possível justificativa, que foi dada pelo Professor
577 Vandemberg a época é que os editais foram lançados no final do segundo semestre e quando saiu o resultado
578 final, o recurso que existia foi recolhido pela Reitoria e a PROPES ficou sem recurso para arcar com as
579 despesas e que pode ter ocorrido pois quando chega o final do ano fica mais difícil para empenhar o
580 orçamento, por esse motivo o objetivo da PROPES, hoje, é utilizar o orçamento, empenhando o mais breve
581 possível e dentro do primeiro semestre, para evitar não utilizar os recursos nos projetos. O **Presidente do**
582 **Conselho** diz que percebe em vários Relatórios de Gestão, em muitos indicadores, as pessoas falam ou
583 escrevem sobre o impacto da greve, entretanto, mesmo sabendo que a greve traz impactos, não concorda com
584 tal justificativa, sem que haja uma análise aprofundada, pois não se pode atribuir a causa da greve aos
585 indicadores indesejáveis do Instituto. Então, parte disso pode causar impactos, mas é preciso relacionar o que
586 causa ou não impactos aos indicadores. Acredita que os problemas das bolsas não ocorreram em função da
587 greve, embora atrapalhe o andamento da execução orçamentária. É preciso identificar o que de fato
588 aconteceu para pontuar no relatório. Esclarece que o Edital precisa ser feito no início do ano, para que haja
589 tempo de executar no próprio exercício, se for um projeto de 02 anos que se execute em 02 anos.
590 Antecipando a sua análise crítica do Relatório informa que precisa justificar os motivos que causaram a não
591 utilização do orçamento. O **Professor Alberto** explica que para cada projeto informado no Relatório,
592 acredita que a informação prestada foi feita após consulta aos seus Coordenadores. Ressalta que o “projeto
593 em andamento” ocorre após a sua aprovação e quando o recurso é disponibilizado / liberado, mesmo que
594 ainda não esteja sendo executado. O **Conselheiro Giliarde** registra que a sua pergunta está baseada
595 justamente para os projetos de 2014, pois até o momento não foi liberado recursos. O **Professor Alberto** diz
596 que só quem pode informar é quem geriu o recurso, pois só é colocado no relatório a informação recebida. O
597 **Senhor Vinicius** informa que essa parte de projetos de Pesquisa e Extensão as informações são repassadas
598 pelos Campi para PRODIN e para a PROEX, depois as informações são comparadas e compiladas, por isso é
599 preciso verificar com a pessoa responsável pelo Relatório de Gestão e com a pessoa responsável pela
600 informação no Campus. O **Professor Delfran Batista** informa que o problema da Extensão foi semelhante
601 ao da PROPES e na época não havia tempo para empenhar e não pode ser executado e agora o problema é
602 como o recurso está sendo disponibilizado, pois está sendo repassado aos poucos. O **Professor Alberto**
603 informa que existe todo um trâmite para a aprovação dos projetos e que muitas vezes quando finaliza a parte
604 burocrática do processo de aprovação, o tempo que resta é muito curto para executá-los. Quando isso
605 acontece o recurso ou é devolvido ou é remanejado para outros projetos já em execução. Quando isso
606 acontece é possível executar o projeto no ano seguinte, entretanto esse ano, enquanto não aprovar o
607 orçamento está vindo aos poucos e todas as instituições Federais estão passando por isso. O **Presidente do**
608 **Conselho** informa que na página 56 do Relatório de Gestão, a Extensão com menos recurso contemplou
609 mais projetos e bolsistas, comparado a 2013. Esclarece a todos, inclusive ao Conselheiros relatores que
610 tiveram 08 dias para ler o Relatório, inclusive não leu o relatório, a portaria saiu em outubro/2014 e havia
611 dado um prazo ao Pró-reitor até 28.02.2015 e só chegou no dia 17 e disponibilizou imediatamente para que
612 os Conselheiros tivessem um tempo para ler. Solicita que Vinicius esclareça quais os problemas enfrentados
613 para que o relatório não estivesse pronto em fevereiro como solicitado. O **Senhor Vinicius** esclarece que tem
614 dificuldade no momento de elaborar o Relatório, às vezes a planilha chega sem informação e devido à falta
615 de tempo para devolver a planilha e receber de volta, opta por excluir as informações. O **Conselheiro Aécio**
616 informa que há uma incongruência em relação ao que foi projetado, lançamento dos projetos e a execução
617 dos projetos e é comum isso ocorrer e já acontece a um bom tempo e acontece muitas vezes de se perder o
618 controle do que está sendo executado. Não tem como saber quanto que tem para os projetos executados. A
619 informação que teve recentemente é que a maioria ou todos os projetos estão carentes de prestação de contas.
620 Agora, como foi gasto e como está sendo gerido os projetos o Campus encaminha através das coordenações,
621 mas não tem como asseverar isso, devido aos projetos serem dos professores e dos alunos e não há um
622 controle total. O **Conselheiro Ariomar** informa que há uma falta de controle da gestão daquilo que é
623 descentralizado diretamente aos professores. Observa que o orçamento do ano passado além de ter sido
624 aprovado e liberado foi recebido em fração de 1/12 até o final do ano, ainda houve o contingenciamento do
625 último 1/12. Os editais que foram lançados e não foram contemplados dentro do orçamento do ano é um
626 edital nulo e precisa ser repetido, pois a fonte é do orçamento de 2014 e o projeto não pode ir para o
627 orçamento de 2015. O **Presidente do Conselho** informa que a observação do Conselheiro Ariomar é muito
628 importante e que em vários momentos esse ponto não foi explorado no Relatório, inclusive a questão do

629 contingenciamento que atingiu toda a Rede Federal. Destaca que no relatório tem uma tabela que informa o
630 orçamento da Loa e o orçamento que foi executado. O **Senhor Leandro Damasceno**, Coordenador de
631 Contabilidade, se apresenta e informa que em relação aos valores que foram contingenciados no exercício de
632 2014, pode retratar de forma relevante, dois valores contingenciados que extraem uma falta de recurso nas
633 duas principais ações que são executadas no IF Baiano, a ação de “Expansão e Reestruturação” e a ação de
634 “Funcionamento das Instituições”. Em relação a ação 20RG (Expansão e Reestruturação) onde a maior parte
635 dos recursos é utilizado para a execução de obras e aquisição de materiais permanentes houve um
636 contingenciamento de R\$10.958.000,00 e na ação 20RL (funcionamento das instituições) houve um
637 contingenciamento de R\$7.000.000,00, ou seja, aproximadamente R\$18.000.000,00 de contingenciamento,
638 que apesar de o orçamento ter sido disponibilizado o Ministério do planejamento não disponibilizou o limite
639 de crédito para empenho. O orçamento total da Instituição foi de R\$216.000.000,00, considerando que houve
640 um contingenciamento de R\$ 18.000.000,00, significa dizer que o orçamento real disponível para utilização
641 pelo Instituto foi de R\$ 198.000.000,00. O Presidente do Conselho informa que esse ano está também com a
642 mesma dificuldade de liberação de orçamento e que esses impactos e dificuldades que a Instituição passou
643 não está explorado no Relatório. Destaca que no dia 11/12/2014 em reunião, o CONIF protocolou um
644 documento dos Institutos e coube a cada Reitor protocolar também. O IF Baiano no dia 11/12/2014, em
645 Brasília, protocolou Ofício ao Ministro cujo assunto era a LOA 2014 e faz a leitura do mesmo no qual
646 informa o orçamento executado pelo IF Baiano, ou seja, o percentual de orçamento liberado: 70,19%,
647 percentual de orçamento executado: 69,40%, então o Instituto utilizou cerca de 91% do orçamento liberado;
648 percentual de custeio liberado: 90%, percentual de custeio executado: 89,77% e destaca que essas
649 informações não estão exploradas no Relatório de Gestão, pois o que importa para o Instituto é o orçamento
650 liberado e não o que estava previsto; registra que quando assumiu a gestão, de acordo documento no
651 FORPLAN, o IF Baiano estava em último e penúltimo lugar, no Brasil, na execução orçamentária de capital
652 e custeio. Destaca que no ofício solicitou, ainda, que para proceder com as demandas contratuais do Instituto
653 e atender aos compromissos ajustados junto à comunidade acadêmica e aos fornecedores, a liberação de
654 limite para custeio no valor de: R\$ 3.989.250,00 e para investimento no valor de: R\$14.332.870,74. Ressalta
655 que é preciso explorar essas informações no Relatório, pois consta que a execução do Instituto foi ruim,
656 quando na verdade não foi. A Conselheira Sayonara sugere que seja realizado o protocolo dos projeto,
657 constando a data de aprovação, a data de conclusão e quando vai entrar no relatório, quando forem aprovados
658 por Campus, para que se tenha um controle melhor, pois percebe que ora os projetos aprovados em 2014
659 estão sendo informados, mas serão executados em 2015 e ora estão informados que estão em andamento;
660 explica que tem projetos que iniciou em 2015 e que estão no Relatório de 2014, quando deveriam estar no
661 Relatório de 2015. Percebe, pelo Campus Uruçuca, que existem vários projetos que deveriam estar no
662 Relatório e não estão contemplados. O Professor Alberto informa que já sugeriu algo muito semelhante ao
663 Colégio de Dirigentes para as Pró-Reitorias de Extensão e Pesquisa e destaca que o IF Baiano tem que
664 implementar o sistema de gerenciamento de projetos de Pesquisa e Extensão, para controle e cadastramento
665 dos projetos, inclusive esse registro servirá para a regulamentação das atividades docentes onde os
666 professores terão a informação das horas utilizadas em pesquisa e extensão. Destaca que estabeleceu um
667 Cronograma que previa cada uma das etapas até a entrega do Relatório ao TCU. O Prazo para coleta das
668 informações nos Campi era 10/12/2014 e só recebeu a maior parte das informações em 05/01/2015 e muitas
669 informações só chegaram em fevereiro, extremamente atrasado; registra que o atraso junto ao Reitor foi de
670 17 dias, entretanto o atraso do envio das informações para a PRODIN foi muito mais que 60 dias. A
671 PRODIN precisava de pelo menos 01 mês para analisar e criticar as informações e não houve tempo algum
672 para realizar. Durante a elaboração do Relatório fez várias cobranças, junto aos Diretores de informações que
673 não chegaram a tempo e também contactou para resolver várias informações discrepantes que foram
674 encaminhadas para a PRODIN. É preciso utilizar o sistema para melhorar as informações prestadas no
675 Relatório de 2015. A **Conselheira Aureluci** informa que quando preencheram a normatização docente,
676 anexaram os projetos de pesquisa e de extensão, então é possível buscar as informações a serem prestadas no
677 Relatório através desses documentos. O **Professor Alberto** informa que mesmo assim é preciso ter o registro
678 dessas informações em um sistema. O **Senhor Vinícius** informa que ainda que não se utilize o sistema, as
679 tabelas de projetos / eventos são as mesmas de anos anteriores, salvo algumas exceções em que pode ter tido
680 alguns acréscimos de colunas e podem ser preenchidas ao longo do ano. É preciso inserir a cultura de coleta
681 de dados no Instituto / Campus e ter controles das atividades desenvolvidas. O **Conselheiro Eric** informa
682 que, além da cultura de ter dados, é preciso sistematizar as alimentações de dados e por isso o sistema é
683 importante; registra que a corrente de dados alimentados num computador, com essa sistemática de trabalho
684 que depende de uma pessoa e não de um sistema, atrapalha todo o funcionamento; destaca que os sistemas
685 que têm no IF Baiano são *on line (extra-net)* e a realidade de Campus, hoje, com uma internet deficiente,
686 nem sempre esses sistemas estão *on line*, para serem alimentados, então sugere a possibilidade de estudar um
687 sistema *intra-net* que possibilite ser utilizado sem que sofra a interferência da deficiência da internet. O

688 **Conselheiro Ebersson** destaca que tudo que estão falando é importante, entretanto registra que não se trata de
689 falta de cultura, o que é preciso é criar um programa; registra que será comprado o sistema SIGA que vai
690 gerenciar tudo, mas pergunta quando será implantado o sistema? Cobrar o que não existe, é complicado, é
691 preciso dar a ferramenta gerencial, ou seja, muitas vezes não é a cultura ou a falta de vontade de fazer, mas
692 sim a falta de ferramenta para realizar. Não é só cultura, é também informação, capacitação e ferramenta
693 necessária para realizar. O **Senhor Vinicius** esclarece que nenhum sistema funciona se não tiver de onde
694 extrair as informações. Destaca que não é preciso saber formula de excel, para alimentar os dados do
695 Relatório de Gestão, não quis dizer que falta boa vontade, mas sim cultura para guardar dados importantes. O
696 Presidente do Conselho destaca que no relatório tem muito a palavra “falta” e registra que em um relatório
697 não se utiliza esse tipo de palavra, solicita a revisão do relatório nesse sentido, pois a conclusão para quem
698 ler o documento é que é um problema de gestão. Essa questão de “cultura” é muito superficial e entende que
699 a Reitoria precisa assumir essa responsabilidade junto aos Campi, através da Pró-Reitorias e buscar
700 alternativas para melhorar e executar, inclusive junto ao Colégio de Dirigentes; destaca que existe muita
701 solicitação de sistemas que depois ficam sem utilizar. O sistema existe, foi desenvolvido em conjunto com o
702 Professor Denilson, e o que precisa é colocar para funcionar. Destaca que existem problemas de internet, mas
703 que não é em todos os Campi; além disso, registra que esse ano houve um investimento substancial em
704 Tecnologia da Informação, mais de R\$4.000.000,00. A pedido do Presidente do Conselho, o **Professor**
705 **Denilson Sodré** explica sobre o Sistema de Registro e Acompanhamento de Ações Institucionais – SRAI que
706 foi desenvolvido pela DGTI, com o apoio da PROPES e da PROEX; destaca que participou ativamente do
707 desenvolvimento do sistema porque pensava em um sistema que atendesse a todas as demandas de pesquisa,
708 ensino, extensão e qualquer outra atividade que precisassem e na época quando estava como Coordenador do
709 PIBID e PIBIC teve conhecimento do sistema da CNPQ e da CAPES e buscou tudo que tinha de interessante
710 para desenvolver o Sistema do IF Baiano. Após diversas reuniões com os envolvidos, demorou um pouco
711 para funcionar e os testes foram realizados com dados reais de 2010 e 2011; o sistema funciona e acredita
712 que a parte que precisa desenvolver agora é a prestação de contas, então é possível fazer a inserção de dados,
713 porém, ainda, não imprime os relatórios. A intenção era também ter um banco de projetos e padronizar a
714 forma de submissão, pois apesar de ter um edital com especificações existia um problema de falta de
715 padronização dos projetos e fazer com que o pesquisador se habituasse com o que as agências de fomento
716 exigem; destaca que faltou a utilização do sistema, existia a demanda, mas era necessário que o público
717 utilizasse o sistema para testar e implementar. Além disso, o foco era os relatórios gerenciais, entretanto não
718 houve avanço por falta de utilização pelo usuário, devido à resistência enfrentada por parte da comunidade. A
719 **Conselheira Sayonara** informa que enfrentaram várias dificuldades com o sistema, para imprimir, para
720 incluir dados e a todo momento o sistema travava. O **Professor Denilson** esclarece que foram feitos testes e
721 não teve relato de problemas de sistema, todos os problemas que ocorreram foram resolvidos, inclusive logo
722 quando a gestão assumiu, a CGU, em uma das suas visitas elencou como ponto positivo a utilização do
723 sistema. O **Conselheiro Ebersson** sugere a criação do programa com as demandas solicitadas pela CGU e
724 depois disponibilizar para que os Campi preencham e devolvam. O **Presidente do Conselho** diz que todas as
725 ações do Instituto precisam e devem ser formais e toda Pró-Reitoria precisa ter o controle delas e
726 normalmente são situações simples de resolver e estabelecer fluxo de processo, para que haja controle,
727 registrar e acompanhar os projetos, acompanhar o pagamento das bolsas e acompanhar o resultado. Resume a
728 situação apresentada como um problema de gestão e cabe a Reitoria, junto às Pró-Reitorias coordenar os
729 trabalhos. Solicita ao Coordenador de Contabilidade, Senhor Leandro, para explicar didaticamente a
730 interpretação das tabelas na página 58 do Relatório de Gestão. O **Senhor Leandro Damasceno** apresenta o
731 quadro de execução de todas as ações que estão na responsabilidade do IF Baiano. Faz uma breve
732 explanação das ações, programas, unidade orçamentária e as ações prioritárias (o IF baiano não tem PAC
733 nem “Brasil sem miséria”). Explica a LOA/2014 (execução orçamentária), em relação a dotação
734 orçamentária inicial, final; despesas (empenhada, liquidada e paga); restos a pagar inscritos em 2014 (são as
735 despesas empenhadas, porém não pagas no exercício 2014), são dois os tipos de restos a pagar: processados
736 (empenhada, liquidada e não pago) e não processados (empenhadas e não liquidadas); execução física, tudo
737 que diz respeito a investimentos; unidades atendidas: total 14, reprogramando para 11 em 2014, pois 03
738 obras foram paralisadas; empenhos de obras (Itaberaba, Alagoinhas, Xique-Xique e Serrinha). O
739 **Conselheiro Ariomar** registra que tem dotação inicial e final e quando soma as despesas empenhadas,
740 liquidadas e pagas, ainda existe uma diferença muito grande, em relação a dotação e pergunta se houve
741 alguma devolução, porque a despesa não bate com a dotação? O **Senhor Leandro** explica que a dotação
742 inicial é tudo aquilo que foi disponibilizado, a despesa empenhada é o orçamento que foi executado, ou seja,
743 dos R\$ 26.000.000,00 que foi disponibilizado só foi utilizado R\$15.900.000,00, devido ao
744 contingenciamento de R\$11.000.000,00 que influenciou negativamente na execução orçamentária. O
745 **Presidente do Conselho** pergunta se não pode a dotação final ser o valor menos o contingenciamento. O
746 **Senhor Leandro** explica que não pode. O **Conselheiro Ariomar** pede para deixar claro, inclusive para os

747 ouvintes, a diferença entre o que foi disponibilizado e o que foi empenhado, ou seja, que o que foi
748 disponibilizado vem em forma de promessa e não é efetivamente o orçamento do Instituto e solicita colocar
749 na tabela o real disponibilizado para Instituto. O **Professor Alberto** informa que não pode realizar a tabela de
750 forma diferente, pois este é padrão exigido pelo TCU. E as observações são realizadas nas notas explicativas,
751 na análise crítica. O **Senhor Leandro** confirma a explicação do Professor Alberto e complementa dizendo
752 que pode colocar as informações na análise crítica do Relatório de Gestão. Registra, ainda que houve o
753 cancelamento de R\$ 4.771.755,96, em função de obras que não puderam ser executadas. O **Presidente do**
754 **Conselho** agradece a presença do Senhor Leandro e diz que as análises críticas precisam ser tão didáticas
755 quanto a apresentação realizada, para ficar mais claro não só para os auditores como também para a
756 comunidade do IF Baiano. A **Conselheira Aureluci** pergunta se há uma tabela que informa quanto que cada
757 Campus devolveu de recurso. O **Senhor Leandro** informa que não tem. O **Presidente do Conselho** informa
758 que não tem no Relatório de Gestão, mas que realizará um relatório mais didático, para a comunidade do IF
759 Baiano com todas essas informações, inclusive com gráficos. O **Conselheiro Giliarde** informa que sentiu
760 falta do Programa PRFH da Petrobras, pois o mesmo não se encontra detalhado no relatório e não traz o
761 valor do recurso que foi aportado (para compra de materiais) para a Instituição, inclusive destaca que pelo
762 relato que teve o recurso retornou, por não ter sido empenhado no exercício de 2014. O **Professor Alberto**
763 informa que o recurso do PRFH não é gerido pela Instituição e por isso não entra no relatório, pois o recurso
764 não está previsto na LOA. A informação a respeito do PRFH poderia ser explanado na Parte B, onde tem as
765 fundações de apoio a pesquisa e extensão e explica que todo o recurso referente ao programa foi repassado a
766 Fundação CEFET do IF Sergipe, cabendo a eles a responsabilidade de todo o processo de compra e o IF
767 Baiano não tem acesso, porém existe a tabela resumida informando quanto foi disponibilizado, quanto foi
768 executado e a prestação de contas é feita diretamente junto à Petrobras. O **Conselheiro Ebersson** informa
769 que quando criar as relatorias deve verificar o perfil dos conselheiros para cada relatoria. O **Conselheiro**
770 **Aécio** informa que na sua opinião esse momento do Relatório de Gestão não cabe a relatoria, pois o
771 Conselheiro que não participar da execução do Relatório de Gestão terá dificuldade para executar uma
772 relatoria a contento / completa e sugere verificar o encaminhamento para o próximo relatório ou formar uma
773 comissão composta de alguns conselheiros para que acompanhe a estruturação do relatório e essa comissão
774 faria a relatoria, haja vista que o Conselho apenas aprecia o relatório e encaminha para aprovação. O
775 **Conselheiro Alberto** acredita que o Conselho precisa de câmaras de apoio em cada assunto que é necessário
776 apreciar o Relatório de Gestão, para que a PRODIN apresente a minuta do Relatório a essa câmara que
777 emitiria um parecer ao Conselho. A **Conselheira Aureluci** deseja observar na página 44 do Relatório,
778 referente ao Campus Guanambi, destaca que o Curso Técnico em Agroindústria é modalidade integrado e
779 não subsequente, como foi informado no Relatório e solicita a correção. O **Presidente do Conselho** informa
780 que concorda com o tempo exíguo que foi repassado, para realizar a Relatoria, entretanto era para Relatório
781 estar pronto desde fevereiro, mas com os diversos atrasos não foi possível; importante salientar que o
782 Conselho aprecia e não aprova, além da importância do relatório de Gestão. Destaca que o Conselheiro
783 Giliarde traz informações importantes para o relatório, que servem para dirimir dúvidas e agregar
784 conhecimento, por isso solicitou ao Pró-Reitor de Desenvolvimento e ao Coordenador de Contabilidade para
785 esclarecer alguns pontos do Relatório Informa que é importante a relatoria, ou funcionar com a ideia de
786 câmara e sinaliza que o CONIF já funciona dessa forma, embora seja necessário o amadurecimento devido à
787 complexidade que poderá trazer, pois quanto mais simples uma estrutura melhor. Destaca, ainda, que quando
788 um Conselheiro receber uma indicação para relatoria e estiver impedido de realizar é preciso informar para
789 que seja providenciado outro Conselheiro Relator. O **Conselheiro Ebersson** esclarece que na realidade não
790 foram 08 dias e sim 06 dias, considerando que teve o final de semana, sem contar a quantidade de páginas,
791 mais de 500 e ainda as leis que são citadas no Relatório e sugere como encaminhamento que esse relatório
792 seja reapresentado por Conselheiros com mais perfil e mais experientes em relação ao processo de gestão e
793 concorda com o Professor Alberto que é importante que outras pessoas contribuam nesse processo de
794 elaboração e destaca que ficou claro a importância da relatoria e suas importantes contribuições.
795 **Deliberação:** O relatório está apreciado por todos os conselheiros e o Presidente do CONSUP com os
796 demais Conselheiros considera que o relatório precisa ser revisado. Agradece o empenho da Comissão que
797 participou da elaboração do Relatório e informa que deveria ser mais efetivos nas cobranças junto aos Campi
798 para ter informações mais precisas, embora compreenda que é muito difícil elaborar um Relatório de Gestão.
799 Solicita que seja informado no Relatório que o organograma foi modificado / implementado em 2014,
800 destaca que não concorda em colocar os impactos da greve, pois não se pode atribuir à greve todos os
801 indicadores indesejáveis, embora haja um impacto da greve; sobre a capacitação dos servidores destaca que a
802 importante avaliar o critério do indicador, pois quando se utiliza a média há uma distorção das informações;
803 sinaliza que poderia fazer uso de gráficos; sobre a “análise crítica” esclarece que poderia ser melhor
804 explorado e justificar melhor as situações apresentadas; destaca que da página 126 a 145 existem diversos
805 expressões de lamentações, tipo: “limitações internas e externas”, “falta”, “limitações de servidores”,

806 “recurso insuficiente”, “ambiente insalubre”, “estruturas inadequadas”, “ambientes insalubres”, “falta de
807 material”. Explica que vai retornar para os diretores e solicitar esclarecimentos a respeito. Informa que fará
808 uma reunião com a comissão, para explorar mais as análises críticas. O **Professor Alberto** esclarece que o
809 relatório é compilado pelo Senhor Vinícius e escrito por ele, mas todas as informações foram enviadas pelos
810 Campi e fica impossível analisar e avaliar cada informação / situação encaminhada pelos Campi, desde que
811 quem elabora o Relatório desconhece a informação. A análise crítica é elaborada por setor. A PRODIN não
812 pode alterar uma informação que foi encaminhada por uma outra Pró-Reitoria ou por uma Diretoria. Destaca
813 que seria interessante que o Reitor contribuísse, a partir de todas as observações realizadas no Conselho, e
814 solicitasse providências junto aqueles que passam as informações para a PRODIN. Registra que o Reitor
815 pode chamar a atenção de todos aqueles (Diretores e Pró-Reitores) que não passaram as informações a
816 tempo, inclusive dos que, até hoje, não enviaram as informações. Explica que é humanamente impossível
817 revisar tantas informações e descobrir todos os erros do Relatório. O **Conselheiro Aécio** registra que muitos
818 comentaram que precisam criar a cultura de sistematização de informações e de fato é necessário, pois
819 devido a falta dessa cultura e ao período em que é preciso informar dados para o Relatório de Gestão é
820 preciso mover esforços para conseguir compilar todas as informações necessárias; parabeniza a Comissão
821 pela elaboração do relatório. Sobre as “lamentações” do Relatório, acredita é o sentimento de quem está
822 escrevendo, entretanto é preciso esclarecer para essas pessoas que a informação prestada é do Instituto como
823 todo. O **Presidente do Conselho** informa que as circunstâncias em relação ao Relatório não vai mudar, pois
824 vai ser sempre nesse prazo e com a legislação pertinente, pois depende dos prazos informados pelo TCU, etc.
825 Registra que as informações prestadas precisam passar pelos Diretores. Esclarece ao Conselheiro Eberson
826 sobre o sistema ser caro, a importância de se analisar o custo-benefício, não só pelo tempo que muitas vezes
827 é necessário 05 a 10 anos para validar um sistema, bem como pelas limitações de uma planilha de excel. A
828 **Conselheira Aureluci** informa que recebeu dois processos que foram encaminhados durante o tempo em que
829 estavam em viagem e pergunta como fica a situação, haja vista que ainda não leram os processos? O
830 **Presidente do Conselho** informa que deixará o Calendário Acadêmico para o último dia da reunião, para
831 que seja possível a leitura do processo. A **Conselheira Cristiane** informa que não está recebendo os
832 processos da reunião. A **Secretária** informa que não sabe o que está ocorrendo pois não há retorno dos e-
833 mail e diz que já fez a solicitação da criação dos e-mails institucionais para Conselheiros representantes dos
834 Discentes e dos Egressos e que está no aguardo e informa que fará um teste para tentar verificar o motivo do
835 não recebimento. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião às dezoito horas, na qual eu,
836 Ana Paula Marques de Figueredo, na qualidade de Secretária de Apoio dos Órgão Colegiados Superiores,
837 lavrei a presente ata, que foi lida e assinada por todos os presentes.

Participantes:

Geovane Barbosa do Nascimento

Aécio José Araújo Passos Duarte

Ariomar Rodrigues dos Santos

Aureluci Alves de Aquino

Carlito José de Barros Filho

Cátia Cilene Farago

Clóvis Costa dos Santos

Cristiane Leal da Silva

Dustin Justiniano de Santana Fonseca

Eberson Luís Mota Teixeira

Eduardo dos Passos Belmonte

Eric Oliveira Dunham

Giliarde Alves dos Reis

Jeferson Conceição Santos

Lizziane da Silva Argolo

Marcelito Trindade Almeida

Phablo Alexandre Lucas Angelim

Sayonara Cotrim Sabioni

Ana Paula Marques de Figueredo
